

Dívida Política

O que aproximaria o professor Jeffrey Sachs, de Harvard — que aconselha ao Brasil um jogo pesado com os banqueiros internacionais para reduzir o peso da dívida externa — e o economista soviético Abel Aganbeguiam, um dos pais da Perestroika russa, que sugeriu a decepcionados economistas do PMDB que se colocassem no lugar dos banqueiros, antes de procurar apoio para a tese da moratória?

Em lugares tão distantes quanto Moscou e São Paulo, quando se põe sobre a mesa a questão da dívida externa brasileira, o que aproxima os economistas estrangeiros provocados a falar sobre o assunto é a receita para atacar, primeiro, as raízes internas e reais da crise, e não as suas consequências.

Os bolivianos mergulharam num programa de austeridade fiscal e de arrumação interna da casa antes de bater na porta dos bancos. Os soviéticos, com uma economia infinitamente maior que a boliviana e o terceiro Produto Interno Bruto mundial, logo depois dos Estados Unidos e do Japão, antes de acelerarem seus programas de *joint-ventures*, de pensarem na conversibilidade do rublo e aumentarem o endividamento externo, estão tratando de rearrumar a casa, a começar pelos mecanismos de preços, créditos e subsídios.

Tanto no Brasil quanto no exterior a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento volta ao primeiro plano todos os meses de setembro, por um motivo simples: o calendário das reuniões do Fundo Monetário Internacional marca as assembleias gerais do FMI e do BIRD coincidindo com o outono do Hemisfério Norte, ou as tímidas primaveras dos países tropicais, onde as reuniões se revezam. Essa temperatura cálida acomoda o interesse de ricos e pobres, em assembleias que não têm conseguido fugir, neste final de década, a pressões crescentes para transformar a dívida em problema político, em lugar de econômico.

O debate sobre a dívida externa promovido pelo Instituto Fernand Braudel trouxe para São Paulo exposições claras sobre os casos da Bolívia e

do Chile. Neles, empresários, políticos e governantes brasileiros poderão se inspirar, se estiverem dispostos a fazer o jogo da verdade para retirar o país da ominosa combinação de uma inflação de 20% ao mês com baixo ou nulo crescimento do Produto Bruto, e o aumento vegetativo das dívidas externa e interna.

Em todas as partes do mundo a saída para crises desse tipo passaram pelo aperto fiscal, pela redução dos gastos públicos, por taxas de juros positivas e pela redução da intervenção do Estado na vida econômica.

Este é também o caso soviético contemporâneo. Feitas as devidas distinções para os tipos de economia que se encontram no mundo capitalista e socialista, o que os soviéticos estão fazendo para corrigir o valor cambial de sua moeda, para aumentar a oferta de bens de consumo, acabar com as filas e com a queda de produtividade é uma reforma que implica sacrifícios e abertura de cabeças. Quando procuram *joint-ventures*, os soviéticos saem em busca da tecnologia de ponta que não têm. E quando silenciam diante dos pedidos de solidariedade internacional para as teses da moratória na dívida externa, feitos pelos ex-ministros Bresser Pereira e Celso Furtado, simplesmente se alinharam pelos princípios de convivência com a comunidade financeira internacional, pois isso lhes interessa como candidatos à captação de poupança externa.

O Brasil e os brasileiros precisam sair da ignorância cultural e política em que se meteram em relação ao resto do mundo, parando de brincar com a questão da dívida e a gravidade da crise econômica em que este país mergulhou. Não existe viabilidade para tal coisa como uma frente única de devedores, que ingenuamente, ou para ganhar aplausos de românticos revolucionários ancorados nos anos 60, diplomatas e embaixadas insistem em promover, em torno de jantares de luxo. A questão externa só será resolvida politicamente se tiver como ponto de partida a correção dos desajustes internos. Quem não quer enfrentar esses obstáculos simplesmente está contornando as raízes da crise. Ou por interesse populista ou por despreparo.